



DE 14 À 19 DE OUTUBRO DE 2024
DEL 14 AL 19 DE OCTUBRE DE 2024

V SLACTIA

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA
SIMPOSIO LATINOAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN EN LA AGROPECUARIA

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Sessão Temática 1

A OBTENÇÃO DA SOBERANIA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR A PARTIR DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS: o caso do PAA OBTAINING SOVEREIGNTY AND FOOD SECURITY FROM ECONOMIC ALTERNATIVES AND PUBLIC POLICIES: the case of the PAA OBTENER SOBERANÍA Y SEGURIDAD ALIMENTARIA A PARTIR DE ALTERNATIVAS ECONÓMICAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS: el caso del PAA

Fausto Pereira Rocha Pitta de Azevedo ¹

Resumo: O presente trabalho apresenta a importância de programas e políticas públicas, em específico o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (criado no primeiro governo Lula em 2003), e como programas dessa magnitude são essenciais para o desenvolvimento de territórios, valorização de identidades, promoção de alimentação localizada e de qualidade e melhorias de índices econômicos. No decorrer do trabalho são apresentadas linhas de importantes autores que contribuem para o debate de economia e desenvolvimento territorial. Alguns princípios da agroecologia são discutidos durante o trabalho. Na parte final é apresentado o embrião do pesquisado pelo autor em uma comunidade camponesa situada no município de Paraty no estado do Rio de Janeiro e como o PAA pode se tornar positivo para essas pessoas. São apresentadas algumas considerações finais, destacando a importância da participação da sociedade como um todo para o bom funcionamento de programas e políticas públicas.

Palavras-chave: Agricultura familiar, segurança alimentar, agroecologia, políticas públicas.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT – UFRRJ. pittafausto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, os seres humanos lutam pela sobrevivência e a alimentação o acompanha nessa jornada incessante. A busca por alimentos e transição para uma vida sedentária foram fundamentais para a descoberta da agricultura e consequentemente a transformação do seu modo de vida (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Ao longo da história acompanhamos o problema da fome na humanidade e falando especificamente de Brasil, essa é uma das (se não a principal) mazelas da nossa sociedade desde o período colonial, perdurou ao longo da nossa formação como nação, teve alguns bons momentos de controle nas últimas décadas, hoje em dia está cada vez mais latente, mas apesar disso há boa perspectiva de soluções para o futuro.

Muito dessa boa perspectiva passa pela segurança e pela soberania alimentar de uma sociedade em sua totalidade. A soberania alimentar é um princípio crucial para a garantia da segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com a autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir (MACHADO, 2017).

Após um período em que se viu o corte e desmonte de políticas, programas e conselhos, notícias como a da reimplantação do CONSEA² e de alguns programas, fazem com que a expectativa de dias melhores estejam presentes no imaginário de cada um. Prova disso foi o lançamento do novo Plano Safra 2024/2025, com itens contemplando a agricultura familiar (BRASIL, 2024).

A redemocratização e a implantação da Constituição Federal de 1988 (completou 35 anos recentemente) ajudaram a apresentar novas formas de pensar e agir políticas públicas. É importante descentralizar as políticas públicas e valorizar o regionalismo (BRANDÃO, 2012).

O país só deixará de ser subdesenvolvido quando construir uma política nacional de desenvolvimento. Políticas públicas das mais diferentes escalas deverão ser integradas pelo Estado, mas sem esquecer das particularidades de cada região, valorizando a diversidade encontrada no país (BRANDÃO, 2012).

Pode-se afirmar que a ideia de desenvolvimento está sempre associada a algo positivo e isso é meio que unânime entre estudiosos. Atualmente se discute um modelo de desenvolvimento dotado de uma base social, econômica, cultural e ambientalmente mais sustentável (ALMEIDA, 2009).

Falando em desenvolvimento sustentável e trazendo a visão de Sachs (2008), esse tipo de desenvolvimento possui cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Um desenvolvimento sustentável atrelado aos princípios da economia solidária tem por base a cooperação somada a autogestão e aos princípios da solidariedade. No desenrolar desse trabalho serão apresentados alguns benefícios da prática de economia solidária nos territórios.

É com esse viés que há duas décadas surge o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA. E segundo dados obtidos através do Instituto de pesquisa econômica e aplicada – Ipea, compras governamentais de alimentos via agricultura familiar são consideradas estratégias promissoras voltadas à promoção do desenvolvimento rural e à segurança alimentar e nutricional (SAMBUICHI et al. 2023)).

Em 02 de julho de 2003, através do art. 19 da Lei Nº 10.696, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pelo Governo Federal, na figura do então presidente Luis Inácio Lula da Silva. Depois de décadas em que o país só se “preocupou” em implementar políticas públicas para o mercado de *commodities*, é nítido o quanto é benéfico a implementação de políticas públicas regionalizadas, pois isso

² CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Criado em 22 de abril de 1993 pelo Decreto 807/93, extinto pelo então Governo Federal em 2019 e recriado em 28 de fevereiro de 2023.

auxílio e muito no desenvolvimento local. Segundo Silva *et al.* (2010), a criação do PAA foi uma importante ação voltada para o combate à fome e faz parte de um dos mais importantes programas nacionais, o Fome Zero. O PAA se inspirou em instrumentos de fomento agrícola tradicionais, mas inova quando realiza a adaptação para as necessidades da agricultura familiar.

Tradicionalmente as políticas voltadas para o rural não costumavam contemplar atores como os da agricultura familiar e isso gerou diversos debates no meio acadêmico. Vilela (2017) constatou o fracasso das políticas públicas para a agricultura familiar, pois havia uma concentração do total da produção agropecuária em poucas mãos, isto é, segundo o Censo Agropecuário de 2006 e o Censo Demográfico de 2010, 0.62% dos estabelecimentos rurais respondiam por 51.2% do produzido. Em contrapartida, segundo esse mesmo autor, as políticas públicas voltadas ao rural trazem importantes avanços, principalmente na dimensão social.

A importância da pesquisa, é avaliar e monitorar como o programa vem sendo aplicado no estado do RJ. Frisa-se que o rural no Rio de Janeiro vivencia uma particularidade já estudada por diversos autores e possui peculiaridades como a da zona oeste da capital, onde há uma importante comunidade rural, mas que para as autoridades cariocas não é vista dessa maneira. Ressalta-se ainda a relevância da produção agrícola de regiões como a Serrana, do Norte, do Sul, do Noroeste e da Baixada Fluminense. Teixeira (2009) reitera que, o esvaziamento das práticas agrícolas no estado do Rio de Janeiro se dá por alguns fatores como: o desenvolvimento desordenado, a deterioração ambiental, perda de terras agrícolas, intensa urbanização e o efeito da metropolização exercida pela cidade do Rio de Janeiro, aumentando as práticas não – agrícolas, tendo o turismo rural como a principal atividade.

A segurança alimentar é uma temática que não é muito discutida em nossa sociedade, mas escancara um problema que assola o país: a fome. Fortalecer programas como o PAA e tantos outros existentes (ex. PNAE³, PRONAF⁴ etc.) é importantíssimo inclusive unindo forças às chamadas políticas de transferência de renda (ex. Bolsa Família). Corroborando com a temática da segurança alimentar, Padovan (2022), apresenta uma interessante reflexão sobre os cultivos em monocultura e os benefícios de se utilizar os princípios agroecológicos: *A agroecologia na verdade tem componentes da ecologia, agronomia, sociologia, antropologia, economia, biologia, entre outras ciências, as quais compõem processos agroecológicos, podendo caracterizá-la como uma ciência multidisciplinar* (PADOVAN, 2022, p.1380).

O trabalho tem como principal intuito dialogar sobre a segurança alimentar através de um importante programa (o PAA) e com isso discorrer sobre a promoção da alimentação localizada (indo contra a padronização da globalização). Além de articular sobre o consumo na agricultura familiar.

É apresentada a experiência vivenciada em uma comunidade de pequenos agricultores e agricultoras situada em Paraty no estado do RJ.

São expostas informações relevantes para leitores das mais variadas formações. É um importante material para a constatação de como programas efetivos podem transformar a realidade de povos invisibilizados ao longo da história. Destaca-se a importância do estudo do rural atrelado ao urbano e não simplesmente como dependente desse.

³ PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar teve sua origem no início da década de 1940. Foi sancionado pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, apresentando importantes avanços.

⁴ PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Teve seu lançamento no ano de 1995 e é um marco para a categoria.

2. METODOLOGIA

O presente estudo utilizou uma abordagem metodológica fundamentada em pesquisa bibliográfica e observação participante. A pesquisa bibliográfica foi conduzida a partir de fontes variadas, como livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e sites oficiais. Dentre os sites consultados, destacam-se os da Embrapa Agrobiologia e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), onde foram encontrados materiais relevantes para o desenvolvimento do trabalho.

Segundo Gil (2008), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é a possibilidade de explorar uma gama mais ampla de fenômenos, proporcionando ao pesquisador uma visão mais abrangente do tema investigado e otimizando o tempo destinado à pesquisa. Nesse contexto, a revisão bibliográfica permitiu a construção de um arcabouço teórico consistente e fundamentado em fontes reconhecidas e confiáveis.

Além disso, foi realizada observação participante durante visitas à localidade, conforme os pressupostos metodológicos de Vergara (1998). A observação participante possibilitou um envolvimento mais profundo do pesquisador com o grupo investigado, promovendo uma interação mais estreita entre as partes e demandando maior disponibilidade e proximidade, o que contribuiu para a coleta de dados mais ricos e detalhados sobre a realidade estudada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os últimos cinco anos foram de acompanhamento da trajetória de pequenos agricultores localizados no assentamento agrícola São Roque situado no município de Paraty – RJ, em especial o sítio do senhor “X”⁵. A área do intitulado “Sítio Recanto” possui aproximadamente treze hectares e por muitos anos utilizou os métodos convencionais de agricultura. É importante salientar que o Assentamento Agrícola São Roque está situado às margens da Rodovia Rio – Santos, possui trinta e três áreas divididas e uma população aproximada de 500 pessoas.

Tendo como modelo o sistema agroecológico, o SIPA⁶, utilizado na Fazendinha Agroecológica do Km 47 (quadro 1) em Seropédica – RJ (parceria entre UFRRJ, Embrapa e PESAGRO), esse pequeno agricultor familiar logo que tomou ciência do método, fez questão de aderir ao desafio e passar por uma transição no modo de produção, visando benefícios mercadológicos e em relação a saúde e bem viver de toda sua família.

⁵ Com o intuito de preservar a identidade do agricultor apresentado, este será aqui representado por “X”.

⁶ SIPA – Sistema Integrado de Produção Agroecológica. É uma parceria entre Embrapa (Agrobiologia e Solos), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e PESAGRO/RIO. Está em funcionamento desde 1993 e acumula experiências sobre o manejo agroecológico.

Quadro 1 – As vantagens ecológicas e socioeconômicas obtidas através da agroecologia.

Vantagens
Aproveitamento de resíduos vegetais e animais disponíveis no local para reciclagem de nutrientes (compostagem);
Minimização de processos erosivos utilizando adubação verde no solo;
Manutenção do equilíbrio nutricional das plantas, evitando estresse. Dessa forma os mecanismos de defesa não serão alterados;
Incorporação de elemento arbóreo através de desenhos agroflorestais diversificados;
Racionalização do uso de água e de fontes renováveis de energia;
Valorização da agro biodiversidade;
Maior valor agregado e nutricional ao que é produzido na localidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos princípios praticados na Fazendinha Agroecológica da Embrapa e utilizando o modelo disponível no template do evento SLACTIA, 2022.

O resgate de saberes e conhecimentos populares, que antecedem o período conhecido como Revolução Verde, dão origem a Agroecologia. E as práticas agroecológicas envolvem questões sociais, políticas, culturais, éticas e socioeconômicas (ALTIERI, 2002). A Agroecologia é importante para evidenciar o protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural. Para Vilela (2017), o modelo agroecológico apresenta relevância para a constituição do projeto político desse.

O senhor “X” possui experiência com produção de bananas e mandioca sem a utilização de defensivos e fertilizantes químicos e às sextas-feiras participa da “Feira da Agricultura Familiar e Economia Criativa de Paraty” juntamente com sua mãe e sua irmã. Essa feira é importantíssima para os agricultores da cidade, pois traz importantes benefícios das práticas de economia solidária tais como: o resgate cultural; redução da desigualdade no local; superação da pobreza, preservação do meio ambiente e outros. Durante a visita, foi possível conversar com o senhor “Y”⁷. Ele também é um dos pequenos produtores de Paraty e uma das figuras mais importantes do local. Conversar com o senhor “Y” foi extremamente enriquecedor e denotou a importância do conhecimento e dos saberes tradicionais.

Interessante ressaltar a forma como está disposta a feira citada, bem na região central da cidade e isso permite criar uma relação com a Teoria do Estado Isolado de *Thünen*, onde as atividades agrícolas estão dispostas ao redor da cidade (CRUZ *et al.*, 2011). Paraty é uma cidade considerada pequena, o que facilita o escoamento das produções. Também foi percebido um público consumidor bastante exigente e com bom poder aquisitivo, o que justifica a existência da feira. Situada na cidade, tem-se a Cooperativa de Produtores Rurais de Paraty, a PACOVA. Esta possui papel fundamental no acesso aos programas e políticas públicas vigentes com o apoio da Emater – Rio e da UNACOOP.

Fato curioso aconteceu durante a Pandemia de COVID-19 que assolou o mundo entre os anos de 2020 e 2022, o senhor “X” a muitos custos conseguiu implementar um galinheiro de galinhas caipiras em

⁷ Utilizando o mesmo procedimento de preservação da identidade do agricultor, como feito com o sr. “X”, este aqui representado como “Y”.

sua propriedade primeiramente para o autoconsumo de sua família, mas essa modalidade obteve números tão interessantes que eles começaram a comercializar e consequentemente aumentar a renda familiar.

Sabe-se em Chayanov (1981) que as unidades econômicas camponesas não podem ser analisadas e tratadas como empresas capitalistas, pois essas organizam seu trabalho e sua produção não visando o lucro, mas primeiramente buscando bem-estar familiar e viabilizar sua reprodução social.

Atualmente o agricultor está atento às modificações e novos ordenamentos dos programas vigentes e relançados para quem sabe poder aderir como um fornecedor. O agricultor está ciente que precisa estar formalizado ou associado a alguma cooperativa com Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF em dia.

A CONAB é uma empresa pública que está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar desde 23 de janeiro de 2023, por meio do Decreto nº 11.401 (CONAB, 2024). Sua criação data do dia 12 de abril de 1990, instituída por meio da Lei nº 8.029, autorizada pela fusão de três outras empresas públicas: Companhia de Financiamento da Produção – CFP, Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal e Companhia Brasileira de Armazenamento – Cibrazem (BRASIL, 2024). Possui papel importante na formulação e execução de políticas públicas voltadas para a agricultura e está presente em todas as regiões do país. Suas unidades armazenadoras – UA possuem papel estratégico para a garantir o suprimento alimentar da população. Desde a implementação do PAA, a CONAB tem papel fundamental em sua execução. No estado do Rio de Janeiro se destacando na modalidade de Compra com Doação Simultânea – CDS (CONAB, 2024).

Grisa *et al.* (2010), importantes debatedores da temática rural, trazem uma importante dinâmica que se bem trabalhada, pode gerar ótimos frutos atreladas as políticas públicas mais direcionadas, estamos falando do *autoconsumo* ou *autoprovisionamento*. As políticas e iniciativas locais geram processos reais de apoio ao autoprovisionamento. Os exemplos do agricultor acima dialogam com essa dinâmica.

Para Perico (2009), a política de desenvolvimento rural no Brasil deve possuir um enfoque territorial pautado na coerência política, ideológica, metodológica e na prática de gestão. E a economia rural é capaz de integrar os espaços. Programas e políticas públicas têm o poder de mudar as dinâmicas de distribuição e comercialização de alimentos, consequentemente há também mudanças na forma de consumo e novos nichos / diferenciação de produtos. Daí a importância dos sistemas agroalimentares localizados, pois há o desenvolvimento de determinados tipos de atividades. Segundo o sr. “X”, sua irmã que também é agricultura, tem se dedicado à produção de biomassa da banana cultivada no sítio. Ele afirma que esse produto tem excelente aceitação no mercado local e com alto valor agregado.

Ao longo desse estudo foi discutido e apresentado o principal motivo dele: o combate à fome e à desigualdade, focando em um contingente populacional específico, os pequenos agricultores e agricultoras denominados agricultura familiar. Mas poderia ser estendido a outros grupos como os sem-terra, os quilombolas, indígenas, povos das florestas, povos das águas, os povos caiçaras, entre outros. Pois segundo Vilela (2017), a agricultura familiar compreende todas essas categorias analíticas.

Como já dito anteriormente, o fortalecimento de políticas públicas regionalizadas é primordial para melhorias de vida. A principal estratégia é fazer da agricultura familiar um ator social estratégico no projeto de desenvolvimento (VILELA, 2017). Deve-se deixar de enxergar o rural como espaço de produção e reconhecê-lo como espaço de vida (WANDERLEY, 2010). Fazendo coro com Medeiros *et al.* (2014), é necessário projetar leis e políticas sem dissociar as questões sociais. Valorizando as temáticas e os atores do meio rural.

Segundo dados obtidos no site da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em julho de 2023, uma das chamadas do PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea teve 3700 propostas de cooperativas e associações da agricultura familiar representando mais de 1 bilhão de reais, mas o que isso

realmente representa? Representa primeiramente a participação e essa participação é uma conquista da sociedade como um todo. No estado do Rio de Janeiro foram contemplados 11 projetos de CDS no final de 2023 (MACHADO, 2023).

Lembrando Demo (2009), a participação é conquista, porque não é algo finalizado, estando sempre em processo. Assim como as conquistas na agricultura familiar que são realizadas dia após dia, como a rotina vivenciada na lavoura.

Em consonância com os princípios e normas técnicas vigentes da agricultura orgânica e seguindo o modelo da Fazendinha Agrobiológica da Embrapa, são expostas a seguir as vantagens socioeconômicas e ecológicas:

4. CONCLUSÕES

Percebeu-se durante o desenvolvimento desse trabalho que apesar de as pessoas buscarem melhores condições de vida e de alimentação, há a necessidade da academia (estudos) em consonância com as vivências e o saber local para atingir os níveis satisfatórios.

As pessoas possuem a mentalidade de que estão realmente escolhendo o que come, mas na grande maioria dos casos são levadas pela imposição do que o mercado vende. As feiras agroecológicas surgem como uma alternativa a isso. Mais uma vez destaca-se a adaptação aos princípios da Agroecologia, pois possibilita o acesso a alimentos de qualidade e com maior valor agregado.

O PAA, assim como outros programas e políticas, está passando por um processo de reimplantação e com perspectivas inovadoras como o caso das “cozinhas solidárias” e a valorização das minorias. É importante que toda sociedade possa participar dessa retomada e que seus principais atores sejam valorizados.

AGRADECIMENTOS

Foi muito gratificante poder conhecer um pouco mais da história e das lutas diárias de povos e comunidades tradicionais. Interessante poder visualizar a realidade de cada um, poder acompanhar suas conquistas e evoluções. Com certeza os senhores “X” e “Y”, como também suas famílias, são pessoas que engrandecem o debate sobre a Agricultura Familiar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável.** In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.* 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 33-55
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002.
- BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** /SP. Unicamp 2º ed. Campinas, 2012.
- BRASIL. Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 jul. 2003.
- CHAYANOV, A. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Ações e Programas. Brasília, DF. 2024. Disponível em <https://www.conab.gov.br/acoes-e-programas>. Acesso em 01/08/2024.
- CRUZ, B, et al. **Economia Regional e Urbana: Teorias e métodos com ênfase no Brasil,** Brasília – DF, IPEA, 2011.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2009.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “**produção invisível**” na agricultura familiar: **auto-consumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural.** Agroalimentaria, vol. 16, núm. 31, Venezuela, 2010.
- MACHADO, L. **Conab aprova 11 projetos para o PAA doação simultânea no estado do Rio de Janeiro.** Site da UNACOOOP. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em <http://unacoop.org.br/conab-aprova-11-projetos-para-o-paa-doacao-simultanea-estado-rio-de-janeiro/> acesso em 08 de novembro de 2023.
- MACHADO, R. L. A. **Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.** Conceitos. Brasil, 2017. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos> Acesso em: 10 de setembro de 2024.
- MAZOYER, M. e ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- MEDEIROS, L. S. de; QUINTANS, M. T. D. e ZIMMERMANN, S. A. **Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas.** Contemporânea ISSN: 2236-532X v. 4, n. 1 p. 117-142 jan.–jun. 2014.
- PADOVAN, M. P. **Agroecologia, Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Local e Regional Sustentável.** ISBN 978-65-5360-235-9. Vol. 9, Embrapa Agropecuária Oeste, 2022.
- PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, S. P. (org.). **Vinte anos de compras da agricultura familiar**: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília: Ipea, 2023. ISBN: 978-65-5635-060-8.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. (Org.). **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

TEIXEIRA, V. L. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, UNICAMP, Campinas, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VILELA, S. L. de O. **Perspectivas para a agricultura familiar brasileira**: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma “questão tecnológica”. In: DELGADO, Guilherme Costa, BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.) *Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural no Brasil**: acesso a bens e serviços e processo de integração. In: DELGADO, N. G. (Org.). *Brasil rural em debate – Coletânea de artigos*. Brasília, CONDRAF/MDA, 2010, v. 1, p. 79-102.